



## PODER

# Governo e STF atuam contra ímpeto de Lira

O titular da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, se reúnem com o presidente da Câmara, que ensaia medidas de retaliação ao Planalto e à Corte, como CPIs e votação de pautas que desagradam o Executivo

» EVANDRO ÉBOLI

Uma semana depois da sessão que decidiu manter o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) preso, razão de todo o desgaste recente entre governo e Arthur Lira (PP-AL), integrantes do Judiciário e do Executivo entraram, ontem, em cena para conter o ímpeto do presidente da Câmara, que ensaia medidas de retaliação ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse mal-estar começou no dia seguinte à decisão do plenário sobre Brazão, quando Lira abriu guerra pública contra o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o responsabilizou por divulgar que o presidente da Câmara atuou pela soltura do parlamentar fluminense — preso por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Nessa troca de farpas, Lira se referiu a Padilha como seu “desafeto pessoal” e o chamou de “incompetente”.

Relatos dos deputados que estiveram com Lira nos últimos dias eram de que a disposição do presidente da Câmara envolve CPIs (comissões parlamentares de inquérito), que estão paradas ou que não foram instaladas até hoje, para atingir o Executivo e o Judiciário (**leia Saiba mais**). Além dessa ação, projetos que desagradam ao governo seriam colocados para votar, como chegou a ocorrer anteontem.

Apesar de acordo contrário, Lira incluiu o requerimento de urgência para apreciação do projeto que prevê sanções e restrições aos invasores de propriedades rurais e urbanas, que foi aprovado por 293 votos a favor e 111 contra. Um triunfo da oposição, especialmente de bolsonaristas e da bancada ruralista, numa proposta que atinge diretamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), após ocupações de terras.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), reclamou: “Combinamos com o presidente Arthur Lira que essas urgências entrariam na pauta, não para serem votadas hoje aqui no plenário. Isso não pode acontecer”, queixou-se o petista.

Ontem, Lira almoçou com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, escolhido pelo presidente

da Câmara para ser agora seu interlocutor com o Planalto. Padilha, não mais.

À tarde, o deputado alagoano se reuniu com Alexandre de Moraes, alvo de ataques da oposição na Câmara. Bolsonaristas querem tirar poderes e rever decisões do tribunal, como acabar com o foro privilegiado e obrigar que ações de busca e apreensão da Polícia Federal, autorizadas pelo STF contra deputados e senadores, sejam submetidas às mesas diretoras da Câmara e do Senado.

### Simbolismo

Na sequência, o magistrado participou de uma cerimônia no Parlamento destinada à entrega do anteprojeto que revisa o Código Civil. Ao lado do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ele elogiou a iniciativa do Senado e lembrou da necessidade de lidar com as plataformas (**leia reportagem na página 8**).

Essa presença de Moraes com o senador tem seu simbolismo. O parlamentar, diferentemente de Lira, está numa relação estável com o Planalto, a ponto de ter saído em defesa de Padilha, quando dos ataques do presidente da Câmara. “Eu me esforço muito para manter uma boa relação com o governo e com o ministro Padilha, por quem eu tenho afeição, simpatia e considero competente”, frisou, na ocasião.

Na conversa com Lira, Moraes minimizou o jantar de quatro ministros do STF — ele mesmo, Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin — com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Garantiu que foi uma conversa que buscou mais soluções do que críticas na relação dos Poderes. De sua parte, Lira afirmou ao magistrado que não tem interesse em dificultar a governabilidade do Executivo.

Outro ponto de irritação do presidente da Câmara com o Planalto foi a exoneração de Wilson César de Lira Santos, primo de Lira, do cargo de superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas, reivindicação antiga do MST. Foi preciso o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, ir à residência oficial e garantir ao parlamentar que ele terá a primazia da indicação do substituto de Lira Santos no cargo.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Arthur Lira durante sessão, na terça-feira: presidente da Câmara vive relação instável com o governo, permeada por crises

### Saiba mais

#### CPI para investigar Supremo e TSE

A proposta apresentada pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS), em novembro de 2023, pede a apuração de supostas violações de direitos e garantias fundamentais e a prática de condutas arbitrárias sem a observância do devido processo legal por membros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal. A comissão também vai apurar se os ministros cometeram abuso de autoridade e censura.

O pedido é parte da disputa entre Legislativo e Judiciário, em que os congressistas tentam reduzir os poderes dos ministros do STF a partir da máxima de que a Corte não deve invadir a competência do Congresso e legislar. A tensão foi escalada após a votação que decidiu manter preso preventivamente Chiquinho Brazão.

## Alckmin minimiza o conflito

» VICTOR CORREIA

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, minimizou, ontem, o confronto entre o governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele defendeu a independência entre os Poderes e argumentou que há uma “harmonia agitada” do Executivo com os congressistas.

“Os Poderes são independentes, mas devem ser harmônicos. O Judiciário tem sua tarefa, sua responsabilidade como guardião da constitucionalidade brasileira e, por consequência, da democracia. O Legislativo tem o papel extremamente importante na definição das leis e na discussão das prioridades do país, e o Executivo é o executor das tarefas em nível federal”, comentou Alckmin, em coletiva de imprensa após o evento 50 anos Relação Brasil-China: Cooperação para um Mundo Sustentável, em Brasília, realizado pelo Centro Brasileiro

de Relações Internacionais (Cebri) e pela Academia Brasileira de Ciências Sociais (Cass). (**leia reportagem na página 6**).

Alckmin lembrou os esforços dos parlamentares liderados por Lira para aprovar pautas caras ao Executivo. “O governo do presidente Lula é o governo do diálogo. Aliás, quero celebrar o bom trabalho conjunto que foi a reforma tributária. Ninguém imaginava que, no primeiro ano de governo, aprovaria-se uma reforma”, enfatizou. “Ninguém precisa pensar igual, mas é importante trabalhar junto pelo Brasil”, completou ele, que ocupou a Presidência da República durante a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia.

Questionado se há, no momento, harmonia entre os Poderes, assentiu: “Sempre tem. Ela é agitada, mas tem. É uma agitação positiva, porque é fruto do diálogo, do debate em que a gente busca as melhores sugestões”.



O governo do presidente Lula é o governo do diálogo. Aliás, quero celebrar o bom trabalho conjunto que foi a reforma tributária. Ninguém imaginava que, no primeiro ano de governo, aprovaria-se uma reforma”

Geraldo Alckmin, presidente da República em exercício

## Outros deputados sorteados para relatar a cassação

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Brazão está preso, acusado de ser mandante da morte de Marielle

O Conselho de Ética sorteou, ontem, nova lista tríplice com os nomes de deputados para relatar o caso de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), após a desistência dos que haviam sido definidos na semana passada. Dos três novos sorteados, dois são petistas — Jack Rocha (ES) e Joseildo Ramos (BA) — e uma é bolsonarista, Rosângela Reis (PL-MG).

Os dois do PT votaram na semana passada pela manutenção da prisão de Brazão, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ), crime que vitimou também o motorista Anderson Gomes. Rosângela votou pela soltura do

deputado. Mas o PL, legenda da parlamentar, entrou com representação a favor da cassação do mandato de Brazão.

Os três sorteados que pediram para não relatar a ação foram: o titular Bruno Ganem (Podemos-SP), e dois suplentes, Gabriel Mota (Republicanos-RR) e Ricardo Ayres (Republicanos-TO). Ganem e Ayres votaram pela manutenção da prisão de Brazão. Mota não votou, o que beneficiou o parlamentar fluminense.

O trio argumentou ao presidente que tinha outros compromissos, como disputa no reduto eleitoral e até mesmo relatoria de outros casos em andamento no Conselho de Ética.

O deputado Chico Alencar (PSol-RJ) presidia a sessão do

conselho quando foi anunciada a desistência dos três primeiros sorteados. Ele lamentou: “Suas excelências declinaram a nobilíssima função (de relatar), que alguns consideram arriscada. Não sei por quê”.

Levantamento feito pelo Correio, no mapa de votação da manutenção ou não da prisão de Brazão, constatou que dos 36 deputados que integram o Conselho de Ética, a metade — 17 deles (50%) — optou pelo “sim”, para que ele continue detido na penitenciária de segurança máxima de Campo Grande (MS). Do total, nove votaram “não”, para que Brazão fosse solto. Outros quatro se abstiveram e quatro não votaram. (EE)

### O processo

O Regimento Interno da Câmara determina que o processo de cassação não pode ser relatado por um deputado do mesmo estado, bloco parlamentar ou partido do alvo do pedido. O PSol, como autor da representação, também não pode participar.

A partir dessas exigências, é feito um sorteio de três nomes e, dessa lista tríplice, é escolhido o relator do processo. Após a designação, o relator tem 10 dias para produzir um parecer sobre o arquivamento ou a continuidade do processo disciplinar.